

Notas explicativas às demonstrações contábeis da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA para o período de 29 de janeiro (início das atividades) à 31 de dezembro de 2019. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA (“Companhia”), sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo – SP. Sua controladora é a VERT Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e a securitização de créditos financeiros oriundos de empréstimos celebrados por meio da plataforma gerenciada pela Mr. Presta do Brasil Ltda. (“Gyra”); (ii) a emissão e a colocação, privada de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída em 29 de janeiro de 2019, no qual foram deliberados e aprovados por unanimidade a (i) a constituição e a denominação social da Companhia como sendo Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros VERT-GYRA; (ii) a definição do capital social da Companhia em R\$ 10 (dez mil reais); (iii) a subscrição total e integralização parcial do capital social da Companhia; (iv) a redação do Estatuto Social da Companhia; (v) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) a publicação dos atos societários da Companhia no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no periódico “Diário Comercial”. No âmbito das deliberações da Assembleia Geral, principalmente frente à deliberação da obtenção do registro de Companhia Aberta, a administração da Companhia aprovou a divulgação das demonstrações contábeis.

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes em 31 de dezembro de 2019.

2 Bases de preparação das informações contábeis

2.1 Bases de apresentação

2.1.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.1.2. Bases de mensuração

As informações contábeis são elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis são preparadas usando a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário em que a Companhia opera). Ao definir a moeda funcional da Companhia a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda dos serviços prestados e a moeda na qual a maior parte do custo de sua prestação de serviços é paga ou incorrida. As informações contábeis em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.3 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apurou a necessidade de ajustes por recuperação de ativos.

3.4 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração não possui provisões, ativos ou passivos contingentes, em 31 de dezembro de 2019.

3.5 Receita de Juros

A receita de juros é calculada utilizando-se o método de juros efetivos, aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que não são comprados com problemas de recuperação de crédito, mas que, posteriormente, se tornaram ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito (“não performados”).

Créditos a receber, constituídos por Cédulas de Crédito Bancário (CCBs), são adquiridos pela Companhia em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos créditos inadimplidos.

A aquisição de tais empréstimos e recebíveis ocorreu durante o período. O prazo de recuperação dos créditos é de 3 a 18 meses, a partir do mês de aquisição das CCBs e a taxa de retorno esperada não deve ser considerada como garantia de rentabilidade da carteira.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável anual para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.7 Demonstração do fluxo de caixa - DFC

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.8 Novas normas, alterações e Interpetrações

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis:

3.9.1 Novas normas adotadas durante o exercício.

- IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil: Estabeleceu novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficaram substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão 02 do CPC 06.

A adoção do CPC 06 (R2) impactou o contrato de aluguel do escritório da matriz, situado em São Paulo - SP. O contrato possui vigência de 3 anos, desta forma, os impactos contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2019 são:

- (i) reconhecimento do ativo de direito de uso no ativo não circulante; e
- (ii) reconhecimento passivo de arrendamento segregado entre circulante e não circulante. Não houve impactos relevantes no resultado da Companhia.

Conforme facultado pelo CPC 06 (R2), a Companhia optou por aplicar o pronunciamento retrospectivamente, com efeito cumulativo de inicialmente utilizar o pronunciamento reconhecido na data de aplicação inicial.

Desta forma, o arrendatário não deve reapresentar as informações comparativas. Em vez disso, o arrendatário deve reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente este pronunciamento como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) na data da aplicação inicial.

Portanto, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional, utilizando o CPC 06 (IAS 17), com base no seu valor contábil como se o pronunciamento tivesse sido aplicado desde a data de início, mas descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário na data da aplicação inicial.

3.9.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas informações contábeis intermediárias, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 17	Contratos de Seguros
Alterações à IFRS 9	Características de Pagamento Antecipado com Compensação Negativa
Alterações à IAS 28	Investimentos de Longo Prazo em Coligadas e Joint Ventures
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2015-2017	Alterações à IFRS 3 – Combinações de Negócios, IFRS 11 – Negócios em Conjunto, IAS 12 – Impostos sobre a renda e IAS 23 – Custos de Empréstimos
Alterações ao IAS 19 – Plano de Benefícios Definidos	Alteração, Redução ou Liquidação de Plano
IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
IFRIC 23	Incerteza sobre o Tratamento do Imposto de Renda

A Administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações contábeis em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto como demonstrado a seguir:

	31/12/2019
Banco conta movimento	2
Aplicações financeiras (1)	5.379
	5.381

- (i) O montante é composto por: (a) aplicações financeiras automáticas (Aplic Aut Mais), com liquidez imediata, realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., não possuem vencimento e podem ser resgatadas a qualquer momento, portanto, são consideradas como equivalentes de caixa; e (b) aplicações financeiras em certificados de depósito bancário que possuem liquidez imediata e taxa de remuneração de taxa /PCT 94,000% do CDI.

5. Empréstimos e recebíveis

O saldo de empréstimos e recebíveis refere-se aos direitos creditórios adquiridos, elegíveis como lastro de operações de securitização de créditos financeiros originados, através de sua plataforma online para concessão de empréstimos, para fins da 1ª emissão de debêntures da Companhia ("Emissão").

a) Crítérios de elegibilidade

As CCBs adquiridas pela Companhia deverão respeitar os seguintes critérios de elegibilidade: (i) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico de um determinado Tomador não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 3,0% (três por cento) do valor total da Emissão; (ii) que o saldo devedor total de CCB devidas pelas empresas integrantes do grupo econômico dos 8 (oito) maiores Tomadores não poderá corresponder a qualquer momento a mais de 20,0% (vinte por cento) do valor total da Emissão; (iii) que as CCB não estejam vencidas em sua data de aquisição; (iv) o vencimento das CCB deverá ocorrer em, no máximo, 90 (noventa) dias antes do vencimento das debêntures; (v) que cada CCB não possua saldo vencido e não pago na respectiva data de aquisição; e (vi) as CCB não poderão ser emitidas por sociedades controladoras, controladas ou sob controle comum da Companhia ou da Gyra.

b) Composição dos recebíveis

	31/12/2019
Carteira de crédito (i)	5.766
(-) Perdas de crédito esperadas	(130)
Total	5.636

- (i) Os direitos creditórios são representados por cédula de crédito bancário ("CCBs") emitidas por determinadas pessoas jurídicas ("Tomador") em favor de instituições financeiras no âmbito da plataforma da Gyra

c) Movimentação dos empréstimos e recebíveis

	Aquisição de CCBs	Juros e encargos	Provisão para redução ao valor recuperável	Principal	Saldo em 31/12/2019
Carteira CCBs	6.372	1.044	(130)	(1.650)	5.636
Total	6.372	1.044	(130)	(1.650)	5.636

Os ativos financeiros são avaliados frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável.

d) Composição dos recebíveis por faixa de vencimento

	Saldo
A vencer	5.538
Vencidos:	
0 - 15 days	52
16 - 30 days	68
31 - 60 days	54
61 - 90 days	33
91 - 120 days	19
121 - 180 days	3

e) Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis

A operação em escritura das debenture determinou a política a ser seguida para provisão para perdas de seus recebíveis, quais são aplicadas para a redução a seu valor recuperável, dado o recente início da operação, não se fez possível realizar a classificação dos empréstimos por estágios de recuperabilidade, como determinar o IFRS 9, pois em análise realizada pela companhia, informações não estão estáveis gerando grande oscilações quando comparadas.

6. Obrigações fiscais

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a pagar está representado por impostos e contribuições a recolher (IRRF, PIS/COFINS/CSLL), no valor de R\$ 1.

7. Debêntures

7.1 Condições da Escritura

De acordo a escritura das Debêntures, a Emissão foi realizada no montante de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), realizada em duas séries, quais sejam, primeira série da Emissão ("Primeira Série") e segunda série da Emissão ("Segunda Série"), cada uma representando respectivamente R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais).

Remuneração – A Primeira Série fará jus a taxa acumulada de 100% (cem por cento) do CDI acrescida de um spread de 5% (cinco inteiro e cinquenta centésimos por cento). A Série Subordinada não fará jus a qualquer remuneração.

Garantias – A Emissão conta com cessão fiduciária das CCBs em favor dos debenturistas.

Prêmio de Reembolso – Após o pagamento da amortização e da remuneração da Série Sênior e após o pagamento da amortização da Série Subordinada, a Série Subordinada fará jus ao Prêmio de Reembolso.

7.2 Prêmio

As Debêntures assegurarão aos debenturistas um prêmio de reembolso correspondente ao montante líquido recebido pela Companhia a título de pagamento das CCBs vinculadas à emissão e existentes na carteira da Companhia na data do respectivo pagamento (“Prêmio”), descontados os valores pagos pela Companhia a título de amortização extraordinária obrigatória, calculado desde a data de emissão ou a data de pagamento de prêmio imediatamente anterior, e será pago ao final de cada período de apuração. O pagamento do prêmio condiciona-se à realização dos créditos decorrentes das CCBs cedidas à Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o valor do prêmio é de R\$ 347.

7.3 Composição das obrigações com Debêntures

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo das debêntures somava:

	31/12/2019
Debêntures emitidas	15.000
Debenture a integralizar	(4.332)
Debêntures emitidas	10.668
(-) Perdas de crédito esperadas	(130)
(+) Prêmio	477
Total	<u>11.015</u>

As perdas de crédito esperadas são avaliadas frequentemente para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um passivo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do passivo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de financeiro projetado daquele passivo que pode ser estimado de uma maneira confiável.

8. Patrimônio Líquido

8.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 10 (dez mil reais), representando 10.000 (dez mil) ações ordinárias, dos quais R\$ 1 (hum mil e um reais) foram integralizados na fase pré-operacional e o restante será integralizado em até 2 anos contados a partir da data de constituição da Companhia. As participações estão apresentadas desta forma:

	Número de ações ordinárias	% de participação
Vert Participações Ltda.	9.999	99.99
Vert Créditos Ltda.	1	0.01
	10.000	100.00

8.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Não houve nenhuma constituição de reservas durante o período apresentado.

9. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

10. Receita operacional

	2019
Receita operacional (i)	1.044
	1.044

- (i) Em 31 de dezembro de 2019 a composição das receitas auferidas são compostas pelos juros de operações com debêntures.

11. Custo dos serviços prestados

	2019
Agente Fiduciários	(12)
Tarifa banco liquidante	(21)
Comissão de Distribuição	(121)
	(154)

12. Despesas operacionais por natureza

	2019
Auditoria	(17)
Assessoria contábil	(38)
Anúncios e publicações	(27)
Consultoria	(131)
Honorários Advocatícios	(15)
Mensageiros	(1)
Despesas de software	(2)
Cartório	(1)
Impostos e taxas diversas	(49)
Outras despesas	(1)
Total	(282)
Classificadas como	
Gerais e administrativas	(233)
Despesas tributárias	(49)
Total	(282)

13. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas no período de 31 de dezembro de 2019:

	2019
Receita de aplicações financeiras	92
Remuneração dos debenturistas	164
Juros Debentures	99
Outras despesas financeiras	(370)
Total	(15)

14. Contrato de Seguros

Em 31 de dezembro de 2019 a companhia não possui seguros contratados.

15. Eventos subsequentes

Com relação a eventos subsequentes, também em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a companhia analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação da companhia, visto que possíveis impactos econômicos só trariam reflexos consideráveis, em datas futura, e não tendo base concreta ou confiável para demonstrar os efeitos considerando os impactos do COVID-19 em nossos negócios, entendemos que não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis, que necessitassem de qualquer tipo de ajuste.

16. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria e sua emissão foi autorizada em 31 de março de 2020.

* * *